

Atendimento fonoaudiológico à população transgênera: um relato de experiência

Gilberto da Cruz Leal¹ , Andréa Gracindo da Silva² ,
João Paulo Ferreira da Silva² , Melissa França Lima Martins² , Julia Fonsi Sanchez² ,
Jonathan Leonardo Gonçalves Prudêncio² , Aline Epiphanyo Wolf² 

RESUMO

Voz incompatível com a própria identidade é um tema frequentemente apontado pela população transgênera em atendimentos fonoaudiológicos. A fonoterapia é uma técnica que permite a adequação da voz do falante, dentro de um campo de possibilidades. Ao fonoaudiólogo cabe o treinamento, a orientação e o aconselhamento dessa população, levando em conta as especificidades de cada indivíduo. Diante disso, este estudo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de graduação e profissionais de Fonoaudiologia no atendimento voltado à população transgênera em um laboratório de comunicação. Inicialmente são apresentados conceitos-chave, tais como as diferenças entre sexo, gênero, identidade de gênero, e orientação sexual. São abordados temas como a violência sofrida pela população trans, a busca pela adequação vocal, a criação e o desenvolvimento do ambulatório de comunicação, o acolhimento e o suporte prestado pelos profissionais à população trans e a seus familiares, além dos procedimentos adotados pelo ambulatório. Dentre as conclusões, destaca-se que a assistência fonoaudiológica tem mostrado a importância do cuidado centrado no indivíduo, legitimando a garantia da promoção de saúde dos usuários. Ademais, é destacada a importância do profissional de fonoaudiologia no aprimoramento vocal e comunicativo dessa população que é frequentemente estigmatizada.

Palavras-chave: Serviços de saúde para pessoas transgênero, Treinamento da voz, Qualidade da voz, Fonoaudiologia.

INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, compreende-se que é de crucial importância a apresentação e a delimitação de conceitos-chave para nortear este trabalho. Esses conceitos compreenderão a definição de sexo biológico, de gênero, de identidade de gênero, e de orientação sexual.

Sexo biológico, conforme apontado por Ciasca, Hercowitz e Lopes¹ está relacionado aos aspectos biológicos do indivíduo, à anatomia, aos cromossomos e aos hormônios. Por essas razões, o sexo biológico é classificado como masculino (XY, testosterona, pênis, testículos, distribuição de pelos e gorduras típicos), feminino (XX, vagina, útero e ovários, estrógeno e progesterona, presença de mamas e distribuição de pelos e gorduras típicos) e intersexo (estados biológicos atípicos relacionadas a diferenças no desenvolvimento do sexo)¹.

O gênero, por outro lado, está relacionado ao contexto social, sendo, portanto, uma construção de papéis baseada na cultura de determinado local

e tempo². Nesse sentido, entende-se que cisgêneros são indivíduos que se reconhecem pertencentes ao gênero designado ao nascimento, e que transgêneros, em contrapartida, são pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento³, o que pode levá-las a vivências de violência social e à disforia de gênero.

A identidade de gênero, nesse contexto, pode ser entendida como a forma pela qual a pessoa se vê, se identifica e se sente representada, ou seja, é um aspecto autorreferido. Ela diz respeito à forma como uma pessoa quer ser reconhecida e tratada, independente do seu sexo biológico⁴. Essa pessoa pode ou não fazer uso de artifícios de expressão para se adequar ou se sentir mais pertencente ao gênero ao qual se identifica, valendo-se, por exemplo, de expressões corporais e gestuais, de vestimentas e de padrões vocais⁴.

Por fim, a orientação sexual envolve aspectos emocionais, amorosos e/ou a atração sexual por homens, mulheres, por ambos os sexos, por nenhum deles ou por todos⁵. Ela está relacionada a

¹ Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública, Ribeirão Preto, (SP), Brasil.

² Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Departamento de Ciências da Saúde, Ribeirão Preto, (SP), Brasil.



uma dimensão do indivíduo que compreende tanto a identidade pessoal quanto a social, e que se traduz nas suas atrações e comportamentos⁶.

Em se tratando especificamente dos aspectos comportamentais, ressalta-se que o sujeito tende a se comportar de uma determinada forma por conta de diversos fatores, tais como sentimento de pertencer a um grupo, estigma social, por valores próprios, por crenças, por medo ou inexperiência, e por outras razões⁶.

Santos⁷ aponta que o gênero binário e a heterossexualidade compulsória se instauram por meio da linguagem. Um exemplo similar aos utilizados pela autora pode ser a predeterminação do gênero de um bebê através da ultrassonografia pré-natal. De forma geral, o profissional, baseado na suposta genitália externa visualizada no exame, afirma "é um menino", ou "é uma menina". A partir desse momento, os pais e familiares tendem a criar uma vivência e expressão social mais feminina ou masculina (rosa *versus* azul), determinando, compulsoriamente, a identidade de gênero da criança⁷.

Sabe-se que a população transgênera (trans) sofre constantes formas de violência (verbal, física e emocional), e é historicamente estigmatizada e marginalizada em contextos sociais, principalmente por se desviar dos padrões impostos como "normais" acerca da identidade de gênero, dentro do que chamamos de contextos binários e heterocis-normativos⁸. Por essas e por outras razões, a grande maioria procura meios para promover aproximação visual e comportamental dos padrões sociais típicos dos gêneros aos quais pertencem, fazendo, inclusive, adaptações vocais e de fala, o que pode gerar desgaste das estruturas fonatórias, assim como aumentar as experiências de violência por estigmas de fala e de comunicação.

A voz é um importante instrumento na qualidade de vida das pessoas. Ela é parte integrante do processo de construção da identidade, autoimagem, autoaceitação e receptividade social^{9,10}. Segundo Butler², entende-se que a voz é um ato performativo de gênero, ou seja, suas características possuem uma relação direta com a expressão de gênero do indivíduo, sendo considerada uma extensão do corpo.

A voz, mesmo sendo uma característica sexual secundária, possui um papel de destaque na construção do gênero. Por essa razão, uma voz incompatível com a própria identidade é um tema

frequentemente apontado pela população transgênera em atendimentos fonoaudiológicos. Diante disso, é extremamente relevante questionar a expectativa e a perspectiva de pessoas trans acerca de sua produção vocal (padrão e qualidade), bem como de suas expectativas quanto aos possíveis resultados alcançados com a fonoterapia, com as técnicas cirúrgicas ou com os tratamentos medicamentosos ou hormonais disponíveis¹¹.

Corroborando com o exposto, Schmidt et al.¹² indicam que pessoas trans têm suas vozes julgadas diariamente por pessoas que não possuem experiência com análise vocal. Este julgamento desenfreado, segundo os autores, pode impactar significativamente na integração do sujeito com a sua identidade de gênero.

Ambulatórios ou centros de referência para o atendimento especializado de pessoas trans são espaços que contribuem para a diminuição da falta de informação por parte da sociedade. Essa falta de informação tende a gerar episódios de violências irreparáveis tanto físicas como psíquicas, resultando em ansiedade, depressão, baixa autoestima, podendo inclusive levar ao suicídio, dentre outros fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida. Somadas a isso, tem-se a rejeição familiar, a discriminação, a vitimização e a transfobia como fatores que contribuem para a redução da expectativa de vida dessa população, que hoje é de 35 anos, conforme apontamentos da Associação Nacional de Travestis e Transexuais¹³.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é relatar a experiência de estudantes de graduação e profissionais de Fonoaudiologia no atendimento prestado à população transgênera em um ambulatório de comunicação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência desenvolvido a partir da vivência de estudantes e profissionais de fonoaudiologia atuantes em um ambulatório público do interior do Estado de São Paulo. Por se tratar de um relato, este estudo dispensa a necessidade de submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O Ambulatório de Voz e Comunicação foi criado em 2017, inicialmente em conjunto com Ambulatório

de Sexualidade Humana do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP). Esse ambulatório visou e visa contribuir para o desenvolvimento de pesquisas científicas que demonstrem a importância da atuação da fonoaudiologia com a população trans junto aos demais profissionais da área da saúde, bem como promover uma comunicação mais assertiva e adequada, de acordo com as necessidades do paciente.

Busca-se contribuir, dessa forma, uma melhor qualidade de vida da população trans por meio da fonoterapia, dos processos de hormonização, do atendimento humanizado por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e enfermeiros. Em 2021, o Ambulatório passou a se chamar Laboratório de Voz e Comunicação (LabComT), e se vinculou ao Departamento de Ciências da Saúde da FMRP-USP.

O laboratório está situado no Centro Especializado de Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia (CEOF) que é parte integrante do Hospital das Clínicas da FMRP-USP, assim como nas dependências do Departamento de Ciências da Saúde.

Os atendimentos são oferecidos tanto na forma presencial quanto remota às terças-feiras no período vespertino (com atendimentos excepcionais nas quartas-feiras). O tempo de cada atendimento é, em média, de 50 a 60 minutos.

A chegada dos pacientes trans no laboratório ocorre por meio de contato direto com os graduandos do curso de fonoaudiologia da FMRP-USP ou com a docente responsável; por indicação de outros pacientes trans; por encaminhamento de outras especialidades; por profissionais da área da saúde; e pela atenção primária.

Inicialmente, os universitários e os profissionais de fonoaudiologia fazem a observação dos atendimentos oferecidos a pacientes trans atrás de um espelho espião. Por se tratar de um hospital-escola, os pacientes atendidos compreendem que essa é uma rotina comum no serviço.

Após os atendimentos, a docente responsável discute o caso com todos os envolvidos, esclarecendo dúvidas e definindo condutas. Paulatinamente, os atendimentos passam a ser realizados pelo graduando ou pelo profissional que anteriormente estava observando.

Todos os pacientes são acolhidos por membros do laboratório que já possuem autonomia para prestar atendimentos sob supervisão. Destaca-se que segundo o Ministério da Saúde, o acolhimento tende a favorecer a construção de relacionamentos baseados na confiança e no compromisso dos usuários com as equipes e os serviços, contribuindo para a promoção da cultura de solidariedade e para a legitimação do sistema público de saúde¹⁴.

Os profissionais e alunos iniciam o acolhimento perguntando de que forma o paciente gostaria de ser tratado (nome, pronome, etc.). Essa estratégia é fundamental, pois nem sempre o paciente fez ou fará a troca de nome, além do que muitos deles estão iniciando o processo de transição. Ressalta-se, no entanto, que se o paciente quiser, é possível fazer a atualização do nome social no sistema do hospital, mesmo que não tenha feito essa mudança nos documentos oficiais. Os responsáveis pelo atendimento dão orientações quanto ao local em que realiza esse serviço dentro do complexo hospitalar: a recepção central.

Feitas tais orientações, segue-se o acolhimento abordando-se assuntos como o uso de hormônio (tipo, dosagem e manejo), o uso de *binder* (tempo de uso e seus impactos), o início do processo de transição, as relações afetivas e familiares, e o estilo de vida.

Nesse primeiro atendimento discute-se também com o paciente o que o ele espera da terapia fonoaudiológica e o que o levou a buscar o atendimento. Após o acolhimento, é realizada a gravação vocal do paciente, por meio do *software Voxmetria*. Esse programa possibilita a avaliação acústica do sinal sonoro vocal a partir de uma grande variedade de funções e parâmetros. É realizada também a gravação em vídeo do paciente com o objetivo de se analisar e avaliar aspectos comunicativos não verbais, tais como postura corporal, gesticulação, expressão facial, e comportamentos gerais. Juntos, profissionais e pacientes definem quais características do sujeito serão mantidas e quais serão aprimoradas.

Em seguida, se for oportuno, são aplicados protocolos como *Transsexual Voice Questionnaire Male-to-Female (TVQ) adaptado para homens trans*, Qualidade de Vida Vocal (QVV), Índice de Desvantagem Vocal (IDV) e Escala Hospitalar de

Ansiedade e Depressão (HADS), com a finalidade de complementar o processo de avaliação do paciente e compreender um pouco mais suas demandas, expectativas e anseios.

Pensando na praticidade, foi feita por membros da equipe a adaptação dos protocolos para o formato eletrônico (*Google Forms*), garantindo, dessa forma, a organização das informações e a criação e atualização do banco de dados.

De forma geral, reconhece-se que as principais demandas trazidas por homens trans é o agravamento da voz (principalmente por conta de sua instabilidade) e pelas mulheres trans a sua agudização. Esse fenômeno é recorrentemente encontrado na literatura¹⁵. No entanto, é necessário esclarecer que os estudantes e profissionais envolvidos como o LabComT trabalham os aspectos comunicativos dos pacientes de maneira individualizada, pois alguns deles relatam o desejo de não serem enquadrados em apenas uma expressão de gênero, mas sim por fluir entre as possibilidades, de acordo com seus grupos sociais e interesses amorosos.

Cabe destacar que a preocupação do LabComT vai além do agravamento ou agudização da voz (mesmo que essas sejam as principais demandas), pois também é preciso identificar um padrão de comunicação consciente, autêntico e seguro, além de orientar os familiares para que esses possam dar suporte e apoio necessários ao paciente trans durante todo o processo de transição.

No que se refere às orientações aos familiares, os estudantes e profissionais abrem espaço para conversas e para o esclarecimento de dúvidas (muitos pais ou responsáveis nunca falaram sobre o assunto). Assim como foi feito neste estudo, os membros do LabComT abordam, inicialmente, os termos e conceitos de forma clara e personalizada, explicando que não se trata de uma doença ou rebeldia, dentre outras questões. Ao mesmo tempo, apontam a importância dos familiares durante todo o processo, destacando o seu papel enquanto rede de apoio.

Por fim, destaca-se que pelo fato do LabComT estar dentro de um Centro Especializado de Fonoaudiologia e Otorrinolaringologia, há uma troca constante de informações e de conhecimentos entre os profissionais dessas duas grandes áreas, bem como de outros profissionais envolvidos. É possível afirmar que há uma maior agilidade no que diz respeito à realização de exames e procedimentos.

DISCUSSÃO

Oliveira et al.¹⁶ afirmam que a existência de ambulatórios para o atendimento de pessoas trans representa o reconhecimento da inclusão dessa população no SUS, e sua existência se mostra extremamente relevante, dadas as especificidades e particularidades desse grupo. Reforça-se, portanto, o princípio de equidade preconizado pelo SUS.

A criação de mais locais como o LabComT, assim como outros centros de acolhimento a transgêneros, pode contribuir para a redução da vulnerabilidade socioemocional em que se encontra parte significativa da população trans¹⁷, bem como contribuir para a formação e capacitação de profissionais, pois de acordo com Usman-Shah et al.¹⁸, profissionais de saúde geralmente não estão preparados para atender pessoas trans porque não adquiriram ou aperfeiçoaram as competências necessárias para lidar com essa população durante a sua formação. Nesse sentido, destaca-se a importância do LabComT no que se refere à capacitação dos seus integrantes.

Em se tratando do nome social, a literatura mostra que as pessoas trans aderem ao nome social para corresponder à sua identidade e representatividade¹⁹. Hoje, o nome social pode ser inserido em documentos oficiais, como identidade e passaporte, e não oficiais, como matrícula escolar e cartão do SUS, o que representa um avanço para essa população.

O nome social é um direito legal, garantido pelo Decreto n. 8727 de 2016²⁰. A resolução é clara ao colocar que a pessoa que se identifica como transgênero ou transexual tem o direito de solicitar, em qualquer momento, a inclusão do seu nome social nos registros de documentos oficiais, sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, prontuários e outros registros similares mantidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional²⁰.

Destaca-se também que em 2018 o Supremo Tribunal Federal deliberou que os indivíduos trans têm o direito de alterar o nome e o sexo no registro civil, independentemente de comprovação cirúrgica²¹.

Entende-se que o desrespeito ao nome social é considerado uma violência gravíssima contra a pessoa trans nos serviços de saúde. Ele pode, inclusive, ser potencializador para a não procura pelo serviço de saúde ou até mesmo para o abandono de tratamentos para doenças crônicas²².

É oportuno ressaltar que apesar de o fonoaudiólogo não estar inserido na Portaria do Processo Transexualizador, são notórias as demandas vocais trazidas pela população trans quando procuram os centros de atendimento²³. Mesmo não preconizado pela portaria, a presença de fonoaudiólogos é cada vez mais comum nos serviços que são habilitados pelo Ministério da Saúde²⁴.

No que se refere aos procedimentos realizados no ambulatório, eles variam conforme a demanda e a condição de cada paciente. A fonoterapia permitirá a adequação da voz do falante, dentro de um campo de possibilidades. Em se tratando de homem trans, por exemplo, para se ajustar o padrão vocal e comunicativo para um modelo masculino, uma intervenção hormonal é eficiente por si só, dispensando-se, nesse caso, a necessidade de uma intervenção cirúrgica²⁵.

Vale ressaltar que a fonoterapia tem um importante papel na adequação comunicativa desses pacientes, pois para se ter um padrão comunicativo masculino não basta ter uma frequência fundamental da voz menor do que 150 Hz, que é um parâmetro bastante usado em nossas práticas. Ou seja, é preciso haver também foco na expressão gestual, na entonação vocal e na articulação da fala^{25,26}.

Em mulheres trans as demandas são outras e, por conta das especificidades desse grupo, o planejamento terapêutico e as técnicas utilizadas são mais amplos, já que a terapia hormonal não produz nenhum efeito na mudança vocal, principalmente após a puberdade. Em grande parte dos casos, as intervenções cirúrgicas e a fonoterapia devem ser associadas para que resultados mais efetivos sejam observados²⁷.

As vozes masculina e feminina possuem padrões de ressonância, velocidade de fala, intensidade, *pitch* e outras características suprasegmentais que diferem entre si¹². Portanto, a mudança da voz de um padrão masculino para um feminino (e vice-versa) envolve ajustes bastante complexos.

Em um descritivo do tipo relato de experiência, Silva et al.²⁸ investigaram a assistência fonoaudiológica na promoção à saúde vocal em homens transgêneros. Os autores apontaram que entre várias características, a voz permite o fenômeno da passabilidade, que é quando um homem ou uma mulher trans é reconhecido socialmente como pertencente ao gênero transicionado, e não ao sexo e gênero atribuído ao nascimento.

Barros et al.¹⁵ mostram que quando a voz não representa o gênero com o qual o falante se identifica, seu uso pode gerar desconforto e interferir diretamente em questões de origens sociais. E, por conta desse desconforto, um mecanismo de defesa bastante comum da população trans é a sua própria exclusão de ambientes sociais ou de situações que exigem o uso da voz.

A literatura traz que a autopercepção de pessoas trans em relação à própria voz é fundamental para que o processo de transição seja bem-sucedido²⁹. Nesse sentido, destacamos a importância do papel do fonoaudiólogo nesse processo, proporcionando maior qualidade de vida, inclusão e humanização.

CONCLUSÃO

A assistência fonoaudiológica tem mostrado a importância do cuidado centrado no indivíduo, legitimando a garantia da promoção de saúde dos usuários. Para os estudantes e os profissionais envolvidos com o LabComT muitos benefícios foram e são evidentes, uma vez que essas experiências têm permitido o contato com um público bastante heterogêneo, e carente de acompanhamentos, principalmente por conta do preconceito social que reverbera também no setor da Saúde. Além disso, demonstra a importância do profissional no aprimoramento vocal e na comunicação dessa população que é frequentemente estigmatizada.

Por se tratar de um relato de experiência, com caráter majoritariamente descritivo, este estudo não deve ser utilizado como base para a criação e/ou desenvolvimento de políticas públicas, ao mesmo passo que pode também não representar a realidade de toda a população brasileira. Portanto, não são recomendadas generalizações. Contudo, espera-se que este relato sirva como ponto de referência para centros de estudo e de pesquisa, bem como para centros clínicos que almejam introduzir o atendimento fonoaudiológico, especificamente voltado ao atendimento de pessoas não-binárias, em sua rede de serviços.

Recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos que investiguem a percepção da população trans atendida neste e em outros ambulatórios/laboratórios com foco em voz e comunicação, visando o aprimoramento dos serviços e das estratégias adotadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ciasca CV, Hercowitz A, Lopes-Júnior A. Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021
2. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
3. Silva NL et al. Identidade social da pessoa transgênero: análise do conceito e proposição do diagnóstico de enfermagem. Rev. Bras. Enferm. 2020; 73(suppl.5):e20200070.
4. Gonçalves MC, Gonçalves JP. Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: conceitos e determinações em contexto social. Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano. 2021;14(s.n.):e25.
5. Melo TGR, Sobreira MVS. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. Temas em Saúde. 2018; 18(3): 381-404.
6. Jesus, JG. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012.
7. Santos MR. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. Rev. Estud. Fem. 26. 2018; 26(1): e37361.
8. Silva LKM et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Physis Revista de Saúde Coletiva. 2017; 27(3): 835-846.
9. Dornelas R et al. Qualidade de vida e voz: a autopercepção vocal de pessoas transgênero. Audiol Commun Res. 2020; 25:e2196.
10. Pérez-Alvarez JC. Voice and identity in transsexuality. Handchir Mikrochir Plast Chir. 2011; 43(4):246-9.
11. Dacakis G, Oates J, Douglas J. Beyond voice: perceptions of gender in male-to-female transsexuals. Curr Opin Otolaryngol Head Neck Surg. 2012;20(3):165-70.
12. Schmidt JG et al. O desafio da voz na mulher transgênero: autopercepção de desvantagem vocal em mulheres trans em comparação à percepção de gênero por ouvintes leigos. Rev. CEFAC. 2018; 20(1): 79-86.
13. Benevides BG, Nogueira SNB. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão popular, 2021.
14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.
15. Barros AD et al. A percepção de homens trans sobre a relação entre voz e expressão de gênero em suas interações sociais. Tempus, actas de saúde colet. 2017; 11(4):9-24.
16. Oliveira BP et al. O direito à saúde de pessoas trans* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade. Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit. 2019;8(1):1-163.
17. Rocon PC et al. What trans people expect of the Brazilian National Health System?. Interface (Botucatu). 2018; 22(64):43-53.
18. Usman-Shah, Hassan Bin et al. Challenges faced by marginalized communities such as transgenders in Pakistan. Pan Afr Med J. 2018; 30(96):1-7.
19. Reis AR. Somos feitas de histórias: (auto)etnografia multilocal e produção de narrativas com travestis usuárias de um serviço público de saúde referência para doenças infectocontagiosas. 2018. 219f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
20. Brasil. Presidência da República / Secretaria Geral. Decreto n. 8727 de Abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 16 mai. 2022.
21. Brasil. Supremo Tribunal Federal. Direito constitucional e registral. Pessoa transgênero. Alteração do prenome e do sexo no registro civil. Possibilidade. Direito ao nome, ao reconhecimento da personalidade jurídica, à liberdade pessoal, à honra e à dignidade. Inexigibilidade de cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes. Inteiro Teor do Acórdão. Brasília, 1 de março de 2018. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>>. Acesso em: 26 abr. 2023.
22. Rocon PC et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Cien Saude Colet. 2016; 21(8): 2517-2525.
23. Dornelas R, Silva K, Pellicani AD. Atendimento vocal à pessoa trans: uma apresentação do protocolo de atendimento vocal do ambulatório trans e do Programa de Redesignação Vocal Trans (PRV-Trans). CoDAS. 2021; 33(1): e20190188.
24. Lopes LW et al. Fundamentos e atualidades em voz clínica, fononcologia e voz profissional. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2019.
25. Van Borsel J et al. Conversational topics in transsexual persons. Clin Linguist Phon. 2014;28(6):428-36.
26. Hancock A, Colton G, Douglas F. Intonation and gender perception: applications for transgender speakers. J Voice. 2014;28(2):203-9.
27. Coleman E et al. World Professional Association for Transgender Health (WPATH). Disponível em: <https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20v7_Portuguese.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.
28. Silva ER et al. Promoção à saúde vocal em homens transgêneros. Distúrb. Comun. 2021; 33(1):173-7.
29. Pereira DR et al. Voz, gênero e subjetividade: considerações fonoaudiológicas sobre intervenções com transgêneros. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. 2020; 11(8): 149-65.

Em se tratando das funções dos autores, adotar:

- a) Concepção e delineamento do trabalho; (GCL, AEW)
- b) Participação da discussão dos resultados; (GCL, AGS, JPFS, MFLM, JFS, JLGP, AEW)
- c) Redação do manuscrito; (GCL, AGS, JPFS, MFLM, JFS, JLGP, AEW)
- d) Revisão crítica do conteúdo; (GCL, AGS, JPFS, MFLM, JFS, JLGP, AEW)
- e) Aprovação da versão final do manuscrito; (GCL, AGS, JPFS, MFLM, JFS, JLGP, AEW)
- f) Orientação. (AEW)

Todos os autores se declaram responsáveis por todos os aspectos do trabalho, garantindo sua precisão e integridade. Os autores não têm conflitos de interesse para declarar.

Informar as fontes de apoio ou financiamento que tenham contribuído para o desenvolvimento do trabalho;
Não se aplica

Autor Correspondente:
Gilberto da Cruz Leal
gilbertoleal@usp.br

Editor:
Prof. Dr Felipe Villela Gomes

Recebido em: 28/10/2022
Aprovado em: 16/06/2023
